

No meio do mar, terminal prevê hotel e torres com apartamentos

Empresários querem superar entrave com a Prefeitura para implantar complexo a cruzeiros em Santos

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

Um complexo turístico em uma ilha artificial no meio do mar, que junta um terminal para cruzeiros, seis torres de 25 andares com apartamentos, um hotel de 30 andares e um shopping center. Esse é o projeto Santos + Vivo, apresentado ontem atualizado e em detalhes pelos idealizadores.

A proposta é da empresa Transbrasa, que possui terminal retroportuário em Santos. O objetivo é implantar o empreendimento, de 294 mil metros quadrados (m²), sobre o mar, a partir da Ponta da Praia, na altura do Museu de Pesca, onde fica o Deck do Pescador. O local teria espaço para atracação de três navios ao mesmo tempo.

O valor soma R\$ 1,247 bilhão, e a empresa afirma contar com investidores internacionais. Conforme A Tribuna publicou na semana passada, o projeto recebeu aval da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em 2024, e do Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor) na última quarta-feira.

A Prefeitura de Santos, porém, se manifestou contra, citando impactos ambiental, urbanístico e de vizinhança. Além disso, o empreendimento estaria em desacordo com o Plano Diretor da Cidade. A prioridade da Administração Municipal é a transferência do atual terminal de passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, da região de Ourinhos para o Valongo

DESINFORMAÇÃO

Questionados por A Tribuna sobre o impedimento, pela Prefeitura, da atividade no local, o presidente da Transbrasa, Bayard Umbuzeiro Filho, e o CEO da empresa, Bayard Umbuzeiro Neto, disseram que o projeto está de acordo com o Zoneamento Urbano de Santos, que define a região como de interesse turístico. Eles atribuíram o atual posicionamento da Prefeitura à “desinformação”.

Os empresários apresentaram um ofício da Prefeitura, de 2023, assinado



Complexo turístico teria terminal para cruzeiros, seis torres de 25 andares com apartamentos, um hotel de 30 andares e um shopping center



Empreendimento sobre o mar, a partir da Ponta da Praia, teria espaço para atracação de três navios

pelo prefeito Rogério Santos (Republicanos) atestando que não havia impedimento ao projeto. “Nosso interesse é sentar com as autoridades e conversar”, afirma Bayard Neto.

Eles descartaram judicializar a questão, afirmando que tudo se resolverá com diálogo. “Isso não é nem convencimento, é bom senso das partes. A legislação do Município não tem essa abrangência de legislar sobre o espelho d’água”, diz Bayard Filho, dizendo que a lei municipal precisará de um “apêndice”.

A Reportagem ainda indagou os donos da Transbrasa sobre os impactos

no bairro, especialmente no trânsito. “Sem dúvida terá que ter uma melhoria no trânsito, por isso queremos conversar com a Prefeitura para saber o tipo de mitigação, a obra que se pode fazer para diminuir esse impacto”, explica Bayard Neto.

Os idealizadores garantem que há demanda para mais um terminal na Cidade. “Com um milhão de leitos sendo colocados daqui a dez anos no mercado, você acha que vão deixar de explorar o Brasil? Acredito que teremos demanda daqui a dez anos para dois terminais com três berços cada”, pontua o CEO da empresa.

Além disso, os empresários declararam apoio “incondicional” à transferência do Concais para o Valongo, “porque a Cidade vai precisar de ambos”.

O projeto, ressalta a Transbrasa, já foi apresentado para os oito principais armadores que operam cruzeiros pelo mundo, “com grande aceitação”.

ESTUDOS

A empresa destaca que encomendou um estudo, atendendo exigência da Marinha do Brasil, confirmando que as manobras dos navios de cruzeiros no terminal não vão interfe-

PREFEITURA

A Prefeitura de Santos reitera, em nota, que o empreendimento está em “desconformidade com a legislação atual”. Afirma que o documento emitido em 2023 e citado pela Transbrasa “dava conta de que não havia impedimentos para a empresa proponente realizar estudos sobre o projeto”.

Todavia, a Administração Municipal destaca que, “considerando o posicionamento da atual gestão e a percepção majoritária da população residente na Ponta da Praia”, o projeto é, neste momento, compreendido como “totalmente inviável e em desacordo com o planejamento urbano que vem sendo desenvolvido para a região”.

rir na navegabilidade do canal do Porto.

Acrescenta que o projeto protege o calado do canal do estuário, reduzindo a necessidade de dragagem, e que reverte o encurtamento da faixa de areia da Ponta da Praia.

Além disso, ao formar uma barreira física separando as praias do canal do Estuário, detalha a Transbrasa, o projeto ajudaria na melhoria da balneabilidade das praias, reduzindo a chegada de água do estuário à orla santista.

FOTOS REPRODUÇÃO